

A C

A C E

C N F

1 2 3 2 / 7 9

1 / 1

16

# FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

S. N. I. AGENCIA CENTRAL
004809 14 MAR 79
PROTOCOLO

001232	79
--------	----

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ORIGEM: C I E TIPO: INFÃO Nº 1 3 9 DATA: 12 Mar 79  
 CLASSIF: CONF. REF: \_\_\_\_\_  
 ANEXOS: cópia de recorte de jornais.  
 ASSUNTO: EDUARDO ROCHA VIRMOND.

AC/SNI  
GTC

(B)

## 2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL	<u>SE19</u>			
CÓPIAS	<input type="checkbox"/> CHEFE DO SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-2	<input type="checkbox"/> SC-5
	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SS-051	<input type="checkbox"/> SC-3	<input type="checkbox"/> SC-6
	<input type="checkbox"/> CHEFE DA SAD	<input type="checkbox"/> SC-1	<input type="checkbox"/> SC-4	<input type="checkbox"/> SC-7
OUTROS DESTINATÁRIOS				

## 3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO	REGISTRAR	FALAR COM A CHEFIA	APROFUNDAR	PROCESSAR	INTEGRAR	ARQUIVAR
MONTAR INFÃO PARA:			DIFUNDIR PARA:			

## 4. ORDENS PARTICULARES:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

*[Handwritten Signature]*  
 \_\_\_\_\_  
 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

## 5. PROVIDÊNCIAS:

SE-19 A SE-06. Em 19.03.79. 7.  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

CONFIDENCIAL

AC/SNI

001232

79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
GABINETE DO MINISTRO

BRASÍLIA, DF, de 12 MAR 1979 de 19

CIE

INFORMAÇÃO N.º 189 -S/102-A11-CIE

1. Assunto: EDUARDO ROCHA VIRMOND
2. Origem: CIE
3. Difusão: AC/SNI - CENIMAR - CISA - CI/DPF
4. Difusão Anterior: -
5. Referência: -
6. Anexo: Cópia de recortes de jornais.

S. N. I. AGENCIA CENTRAL
004809 14 MAR 79
PROTOCOLO

1. Atendendo a convite formulado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do PARANÁ, no dia 19 Fev 79, compareceu o Cmt interino da 5a RM/DE Gen Bda SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO, à Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos do Ano Judiciário e posse do novo Pres do TJ/PR.

Presentes, entre outras autoridades, encontravam-se ocupando a mesa principal o atual Gov/PR JAYME CANET JÚNIOR e o futuro Gov NEY BRAGA.

2. Após as atividades iniciais da solenidade e posse do Desembargador MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, entre outros pronunciamentos foi convidado a tomar a palavra o Pres da Seccional OAB do PARANÁ advogado EDUARDO ROCHA VIRMOND, que possui diversos registros negativos que caracterizam sua ação esquerdista.

3. O discurso do advogado EDUARDO ROCHA VIRMOND, que deixava também naquela data a presidência da OAB/PR, inicialmente, comportou uma saudação ao recém-empossado Presidente do Tribunal da Justiça/PR e a título de ilustrar as atividades da Seccional OAB/PR passou a relatar os resultados obtidos pela VII CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB, ocorrida no período de 7 a 12 Mai 78, em CURITIBA.

4. Ainda, a pretexto de relatar as atividades da OAB/PR, comentou os resultados da VII Conferência da OAB, realizada em 1978 em CURITIBA e ressaltou, entre outros, os aspectos referentes aos "Direitos Humanos", "Tortura", "repressão", "arbítrio", etc.

Alguns tópicos abordados por EDUARDO ROCHA VIRMOND foram os seguintes:

CONFIDENCIAL



CONTINUA...

"Os resultados da VII Conferência foram profundos e imediatos, dada a demonstração de unidade de todo o pensamento jurídico brasileiro, em relação a quase todo o espectro da legalidade democrática e do respeito aos direitos humanos. Houve também o repúdio ao arbítrio, à repressão política, à censura e à ilegitimidade do Poder, a exigir a viabilidade de participação política do povo, pela escolha direta e secreta, reivindicação que remonta à instalação da República e à Revolução de 1930". ....

"Agora se trata de continuar nessa defesa, abarcando as proposições legislativas no sentido de romper o arbítrio, definir regras relativas à legitimidade do Poder e criar condições para a representação política, que importará também em uma atividade para que as massas tenham consciência de seu papel indispensável a tal aperfeiçoamento, principalmente as classes pobres, que englobam os trabalhadores de todos os níveis". ....

"Trata-se de trazer de volta ao BRASIL e à comunidade política todos os que foram banidos e condenados, em consequência à repressão. A anistia é a palavra que, sem restrições, sem discriminações, deverá ser usada, sem medo. O Estado é suficientemente forte para não temer dois ou três e outros tantos que foram condenados por processos duvidosos, por confissões inaceitáveis, obtidas mediante medonha tortura, repudiada pela comunidade internacional.

A tortura praticada largamente durante algum tempo - e justificada por alguns - torna inaceitáveis todas as condenações e exigível a anistia ampla e irrestrita, isto é, que não seja discriminatória. Um país democrático não tem criminosos políticos". ....

"Vivemos um país de miseráveis, famintos, semianalfabetos e analfabetos, de crianças morrendo aos borbotões, de 18 milhões de pe-  
quenos abandonados à sua própria sorte.

Enquanto os privilegiados, que somos nós, não nos dermos conta desta maldição, continuaremos a ser apodados de país pouco sério, como disse o General DE GAULLE". ....

5. Tendo em vista o teor altamente polêmico e contestatório de linha nitidamente de esquerda, que bem caracteriza os antecedentes políticos de EDUARDO ROCHA VIRMOND, o Cmt 5a RM/DE na altura do discurso em que o nominado se referia às "ações de arbítrio, repressão, torturas e desmandos do governo" decidiu se retirar da sala onde se rea

(Cont da INFORMAÇÃO n.º 189 / S. 102 / All -CIE, de 12 MAR 1979 - 03-)

lizava a Sessão Solene. Quando o Cmt 5a RM/DE retornou para a posse do Pres Tribunal Alçada foi abordado pela imprensa e disse apenas que não havia se sentido bem disposto e nada tinha a declarar (vide recortes de jornais).

6. A seguir, em nova solenidade no Tribunal de Alçada/PR, o Cmt 5a RM/DE esteve presente, juntamente com as mesmas Autoridades Estaduais, e as solenidades naquele Tribunal transcorreram normalmente sem que a presença de EDUARDO ROCHA VIRMOND fosse sequer assinalada.

7. O discurso de EDUARDO ROCHA VIRMOND já era esperado por algumas autoridades presentes e até mesmo pelo futuro Gov NEY BRAGA que, ao início da solenidade, no Tribunal de Justiça, ao se dirigir ao Cmt 5a RM/DE prenunciou a possibilidade de um pronunciamento mais exaltado por parte do Presidente da OAB/PR.

8. A atitude de EDUARDO ROCHA VIRMOND não chega a surpreender pois através de seu vasto dossiê de atividades contestatórias, desde 1955, quando já havia se aliado a notórios comunistas na área do PARANÁ, está perfeitamente caracterizada sua linha ideológica de esquerda e sua ambição de atingir a Pres da Ordem dos Advogados do Brasil.

O objetivo principal parece ter sido um aproveitamento, por parte de EDUARDO VIRMOND, da solenidade para mais uma vez tentar caracterizar sua posição de "liderança esquerdista no meio intelectual paranaense".

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO  
DESTE DOCUMENTO (ART. 12 DO  
RSAS-DEC 79099 DE 6 JAN 77).



A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com 12 folhas) foi apre-  
tado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua  
leitura completa no original nem na microficha.

Gazeta do Povo — Curitiba, Segunda-Feira, 5 de Fevereiro de 1979.

## DISCURSO DE VIRMOND

Senhor Desembargador MARINO BUENO BRAN-  
DÃO BRAGA.

É com satisfação que a Ordem dos Advogados do Brasil  
vinda a posse de Vossa Excelência e dos novos dirigentes do  
Tribunal de Justiça do Paraná. Vimos em Vossa Ex-  
celência um espírito construtivo, a vontade de aceitar sem-  
pre, no sentido da legalidade e da Justiça. Outros talvez  
tracem aspectos biográficos, que serão relevantes para esta  
cerimônia. De minha parte, tenho por mister a representação  
da classe, cujo bastão entregarei hoje, ao crepúsculo, ao  
Eminente advogado Doutor NEWTON DE SISTI. Formou-  
se uma tradição de que o presidente da Ordem que se des-  
pede sauda o novo presidente do Tribunal, com o que me  
vanglorio, por ter a oportunidade de falar pela última vez  
como presidente da tribuna desta Colenda Corte de Justiça,  
tribuna com a qual me afinei desde o primeiro ano de minha  
vida profissional, há vinte e sete anos.

Os mais avçados sabem que a Ordem dos Advogados,  
nesta hora, nas poses e na instalação de ano judiciário tem  
por obrigação fazer comunicações relativas à sua atuação.  
Como já disse o nosso desembargador ARIEL FERREIRA  
DO AMARAL E SILVA, a quem rendo as minhas home-  
nagens pela gestão magnífica que hoje expira, a Ordem dos  
Advogados do Brasil é o porto de partida, no início de nossas  
carreiras - que tomam vários caminhos e direções - e o porto  
de chegada, para onde todos voltarão por força da vincu-  
lação profissional e mais ainda da vocação que nos impul-  
siona à participação na vida jurídica da Nação.

Em 78 o Paraná teve a felicidade de ser sede do  
maior congresso jurídico da história da América Latina, que  
foi a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do  
Brasil, da qual participaram, no Paraná, advogados, juizes e  
promotores, os juizes e desembargadores como delegados da  
Justiça. Portanto não é impróprio falar neste assunto nesta  
solenidade. O tema da VII Conferência, por outro lado, foi  
do interesse não só dos homens que trabalham na Justiça,  
mas também da Nação, isto é, de todo o Povo Brasileiro. Sob  
o tema do Estado de Direito, a Conferência se manifestou na  
exigência da reconstrução democrática das estruturas legais  
do país, como também do comportamento dos homens  
públicos em respeito aos direitos fundamentais da pessoa  
humana.

Os resultados da VII Conferência foram profundos e  
imediatos, dada a demonstração de unidade de todo o pen-  
samento jurídico brasileiro, em relação a quase todo o espec-  
tro da legalidade democrática e do respeito aos direitos  
humanos. Houve também o repúdio ao arbítrio, à repressão  
política, à censura e à ilegitimidade do Poder, a exigir a  
viabilidade de participação política do povo, pela escolha  
direta e secreta, reivindicação que remonta à instalação da  
República e à Resolução de 1930.

A Ordem se distingue das demais entidades congêneres  
quando ela se estende fora do circuito profissional, passando  
a exercer uma das funções primordiais para a qual foi  
criada, a defesa da ordem jurídica, da sociedade civil, da  
Constituição da República, dos direitos humanos. Nessas se  
inclui evidentemente a luta pelo aperfeiçoamento da Justiça  
e do seu aparelhamento, como condição para realização do  
respeito àqueles direitos, principalmente o de defesa dos  
direitos fundamentais.

Agora se trata de continuar nessa defesa, abarcando as  
proposições legislativas no sentido de romper o arbítrio,  
definir regras relativas à legitimidade do Poder e criar con-  
dições para a representação política, que importará também  
em uma atividade para que as massas tenham consciência de  
seu papel indispensável a tal aperfeiçoamento, principal-  
mente as classes pobres, que englobam os trabalhadores de  
todos os níveis.

Trata-se de trazer de volta ao Brasil e à comunidade  
política todos os que foram banidos e condenados, em con-  
sequência à repressão. A anistia é a palavra que, sem res-  
trições, sem discriminações, deverá ser usada, sem medo. O  
Estado é suficientemente forte para não temer dos ou três e  
outros tantos que foram condenados por processos duvi-  
dosos, por confissões inaceitáveis, obtidas mediante me-  
donha tortura, repudiada pela comunidade internacional.

A tortura praticada largamente durante algum tempo  
e justificada por alguns - torna inaceitáveis todas as con-  
denações e exigível a anistia ampla e irrestrita, isto é, que  
não seja discriminatória. Um país democrático não tem  
criminosos políticos.

Permita-me, Senhor Presidente, permitam-me os  
presentes que diga que, como um adepto do novo liberalis-  
mo, cheguei a um ponto e a uma idade em que não vejo por-  
que não afirmar o que tenho vontade. Aprecio a irreverência  
e tenho admiração pelo espírito inteligente das grandes al-  
mas - e acredito que todas o sejam, porque para ser grande é  
necessário um fino espírito de complacência em relação ao  
mundo brutal e à brutalidade do mundo. O que é importante  
não é a justiça, nemos ainda o Poder, que só é poderoso e  
fugaz e nada mais. O importante é a bondade. A Justiça é a  
sua decorrência imediata, quando ela consegue se exercer,  
nas poucas vezes que o consegue na sua totalidade. O Poder  
quanto mais poderoso, pior, - é a história que o diz e o Padre  
Antonio Vieira já advertia:

Não há nada que faça mais o homem desejar do que o  
subir ou o descer: mais o subir de que o descer.

O que é importante, é a bondade, mais a bondade que o  
amor, pois o amor pode ser exercido com ódio. Mas pode-  
remos, neste mundo, ser bons de vez em quando? Poderá ser  
este um objetivo sempre em vista da natureza humana? O  
homem é imperfeito e odeia. No ódio há também, algumas  
vezes a exaltação da bondade. Dizia Bernard Shaw:

A pior sina em relação ao nisso semelhante não é a de  
odiá-lo, mas de lhe ser indiferente: esta é a essência da  
desumanidade.

Vivemos um país de miseráveis, famintos, semialfabetos  
e analfabetos, de crianças morrendo aos borbotões, de 18  
milhões de pequenos abandonados à sua própria sorte.

Enquanto os privilegiados, que somos nós, não nos der-  
mos conta desta maldição, continuaremos a ser apodados de  
país pouco sério, como disse o General De Gaulle.

É preciso comiseção, a busca de um espírito de humil-  
dade, a certeza de nossa insignificância - somos meras for-  
migas - para que haja possibilidade de fazermos a Justiça,  
mesmo imperfeitamente, que não a fazem só os juizes. Os  
juizes a fazem por uma vocação e um dever profissional, mas  
os homens, em quaisquer circunstâncias, devem fazê-la por  
um dever de solidariedade humana.

Por tudo isso, Senhor Presidente, a Ordem dos Ad-  
vogados acredita e confia, vê em Vossa Excelência as  
qualidades de competência e boa vontade para que a Justiça  
em nosso Estado se revista de seus atributos supremos, in-  
diferentes as flutuações do Poder, com independência e at-  
tívez, no sentido do bem comum. O homem tem mais fome  
de justiça do que de pão".



O ESTADO DO PARANÁ

12, FEV, 1979

## DIVERSOS

Advogado  
quer  
liberdade

"Precisa o advogado, antes de tudo, liberdade", ressaltou ontem ao tomar posse o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná, Newton de Sisti, substituindo Eduardo Rocha Virmond. Na eleição interna da Ordem foi indicado para a vice-presidência o advogado José Lamartine Correia, consumando o que já estava sendo cogitado dias antes. Ao fazer referência ainda à liberdade, Newton de Sisti observou que ela é necessária "não tanto por amor, mas porque é o habitat natural do Direito e o eficaz exercício profissional está condicionado aos hábitos gerados numa sociedade livre".

O ex-presidente da entidade, assinalou por sua vez, que a "Ordem tem de resolver problemas muito mais importantes que aquelas pequenas reivindicações profissionais, às vezes graves pela contundência, mas outras até mesmo mesquinhas". O fato de ter havido uma abertura, na sua opinião, "nos obriga a extrema vigilância e permanente atuação, para que tenha prosseguimento o trabalho e a exigência em favor da democracia inteira".

## ANISTIA

Anistia é a palavra que, acentuou ainda, "sem restrições, sem discriminações, deverá ser usada, sem medo: o Estado é suficientemente forte para não temer dois ou três e outros tantos que foram condenados por processos duvidosos, por confissões inaceitáveis, obtidos mediante medonha tortura, repudiada pela comunidade internacional".

É preciso, concluiu, "comiseração, a busca de um espírito de humildade, a certeza de nossa insignificância para que haja possibilidade de fazermos Justiça, mesmo imperfeitamente, que não a fazem só os juizes; os juizes a fazem por uma votação e um dever profissional, mas os homens, em quaisquer circunstâncias, devem fazê-la por um dever de solidariedade".



O ESTADO DO PARANÁ

02/FEV/1979

DIVERSOS



## Incidente na posse do novo presidente do TJ

"É na razão direta da ausência de recursos que residem as verdadeiras origens das deficiências do Judiciário", disse ontem o novo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marino Bueno Brandão Braga, em determinado trecho de seu discurso de posse, acrescentando ainda que "isso parece ter sido esquecido no projeto da Lei Orgânica da Magistratura, repleto de posições punitivas e de controle dos juizes", lembrando, por outro lado, que "o patrão justo considera de bom grado as reivindicações de seus operários e o legislador justo leva em consideração os interesses de todas as pessoas e grupos aos quais tem o dever de representar".

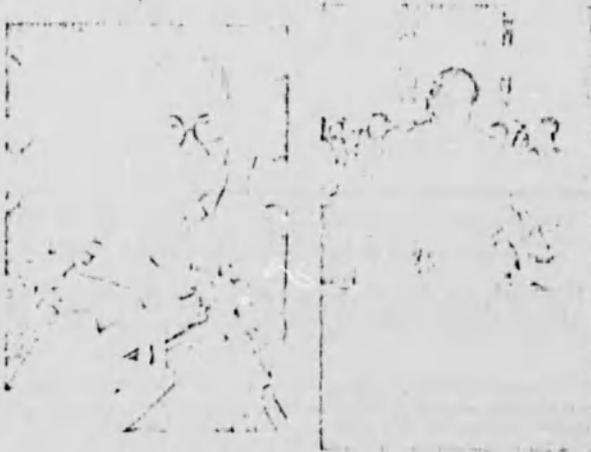
Durante a sessão solene, quando foi proclamado também instalado o ano judiciário, um incidente ficou registrado pela maioria dos presentes. O comandante interino da 5.ª Região Militar, general José Sebastião Ramos Pinto, no momento em que o presidente da Ordem dos Advogados do Paraná, Eduardo Rocha Virmond, fazia referência em seu discurso "à tortura praticada largamente durante algum tempo e justificada por alguns" e a necessidade em trazer de volta ao Brasil os banidos e condenados", levantou-se da mesa das autoridades, retirando-se do recinto.

### INDISPOSIÇÃO

Os primeiros comentários, assim que foi observada a retirada do general, foram no sentido de que ele teria dito, ao se aproximar do elevador privativo que a sua paciência, "linha limites" e que não teria sido a posse "ouvir asneiras". O próprio ascensorista confirmaria, depois, que o comandante parecia estar visivelmente irritado. Procurado por alguns repórteres, o comandante interino da 5.ª Região Militar disse que, pouco antes da posse do presidente do Tribunal de Alçada se sentiu indisposto e que, por isso, havia levantado da mesa, ressaltando que não tinha condições para falar sobre o discurso uma vez que não o tinha ouvido até o fim. E completou, quando questionado sobre a anistia: "Não me cabe falar sobre política porque sou um profissional. Por nos generais quem fala são as autoridades superiores, não cabe a um general de brigada opinar sobre assuntos de ordem política".

Na opinião do novo presidente do Tribunal de Justiça, "foi uma questão de foro íntimo dele" (a retirada) e quanto a Virmond, que este "expôs as ideias dele". O presidente da Ordem, de sua parte, afirmou que, em nenhum momento, "sai da linha que a OAB traçou durante a última Conferência Nacional", lembrando ainda que o próprio general foi questionado "pediu sugestões a respeito da anistia e aos advogados". Virmond enfatizou que "o comandante não entendeu o momento que vivemos", e, em relação às torturas, sublinhou que "apenas uma terra suspeita os demais processos".

Enquanto o advogado René Dotti salientava que



Gal. Ramos Pinto explica sua retirada durante o discurso do Virmond: indisposição.

a "tribuna deve ser livre", lembrando, ao mesmo tempo, que fato semelhante ocorreu em 1976, quando o general e ex-comandante da 5.ª RM, Samuel Alves Correia chegou a contestar a sua oração que mencionava a extinção dos Tribunais de Alçada (no 10.º aniversário do TA), o governador Jayme Canet Júnior adiantava aos repórteres que "nada tenho a comentar", sendo apoiado pelo futuro chefe do executivo estadual, Ney Braga, e pelo prefeito Saul Raiz. Naquela ocasião, René Dotti falava também em nome da Ordem dos Advogados do Paraná. Os repórteres ouviram ainda afirmações do tipo: "A imprensa devia se vestir melhor".

### "ATITUDES OBJETIVAS"

O desembargador Marino Bueno Brandão, ainda no seu discurso, assinalou que "o patrão justo considera de bom grado as razoáveis reivindicações de seus operários e o legislador justo leva em consideração os interesses de todas as pessoas e grupos aos quais tem o dever de representar; o juiz justo aplica a lei com imparcialidade". E que, para a Justiça se realizar, precisa ser "atuante e dinâmica e depende de um grande e complexo organismo, capaz em nosso caso, de proporcionar condições normais de trabalho a dois tribunais, 130 comarcas, 300 e tantos juizes, várias centenas de funcionários e mais de um milhão de serventuários".

O advogado Eduardo Rocha Virmond, também em seu polêmico discurso, ressaltou que a "tortura praticada durante algum tempo e justificada por alguns, torna inaceitáveis todas as condenações e torna exigível a anistia ampla e irrestrita, isto é, que não seja discriminatória. Um País democrático não tem criminosos políticos". E concluiu: "Vivemos num País de miseráveis, de famintos, de semi analfabetos e analfabetos, de crianças morrendo nos hospitais, de 18 milhões de pequenos abandonados à sua própria sorte. Enquanto os privilegiados, que somos nós, não se deram conta desta maldição, continuaremos a ser apodados de País pouco sério como disse o general De Gaulle".

TRIBUNA DO PARANÁ  
02/FEV/1979



DIVERSOS

## Discurso do Virmond desagradou o general

"E na razão direta da ausência de recursos que residem as verdadeiras origens das deficiências do Judiciário", disse ontem o novo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marino Bueno Brandão Braga, em determinado trecho de seu discurso de posse, acrescentando ainda que "isso parece ter sido esquecido no projeto da Lei Orgânica da Magistratura, repleto de passagens punitivas e de controle dos juizes", lembrando, por outro lado, que "o patrão justo considera de bom grado as reivindicações de seus operários e o legislador justo leva em consideração os interesses de todas as pessoas e grupos aos quais tem o dever de representar".

Durante a sessão solene, quando foi proclamado também instalado o ano judiciário, um incidente ficou registrado pela maioria dos presentes. O comandante interino da 5.ª Região Militar, general José Sebastião Ramos Pinto, no momento em que o presidente da Ordem dos Advogados do Paraná, Eduardo Racha Virmond, fazia referência em seu discurso "à tortura praticada largamente durante algum tempo e justificada por alguns" e a necessidade em trazer de volta ao Brasil os banidos e condenados, levantou-se da mesa das autoridades, retirando-se de recinto.

### INDISPOSIÇÃO

Os primeiros comentários, assim que foi observada a partida do general, foram no sentido de que ele teria

dito, ao se aproximar do elevador privativo que a sua paciência "tinha limites" e que não teria ido à posse "ouvir asneiras". O próprio ascensorista confirmaria, depois, que o comandante parecia estar visivelmente irritado. Procurado por alguns repórteres, o comandante interino da 5.ª Região Militar disse que, pouco antes da posse do presidente do Tribunal de Alçada se sentiu indisposto e que, por isso, havia levantado da mesa, ressaltando que não tinha condições para falar sobre o discurso uma vez que não o tinha ouvido até o fim. E completou, quando questionado sobre a anistia: "Não me cabe falar sobre política porque sou um profissional. Por nós generais quem fala são as autoridades superiores, não cabe a um general-de-brigada opinar sobre assuntos de ordem política".

Na opinião do novo presidente do Tribunal de Justiça, "foi uma questão de foro íntimo dele" (a retirada) e quanto a Virmond, que este "expôs as idéias dele". O presidente da Ordem, de sua parte, assinalou que, em nenhum momento, "saiu da linha que a OAB traçou durante a última Conferência Nacional", lembrando ainda que a própria general Figueiredo "pediu sugestões a respeito da anistia e nós as demos". Virmond enfatizou que "o comandante não entendeu o momento que vivemos", e, com relação às torturas, sublinhou que "apenas uma torna suspeitos os demais processos".

# Ano Judiciário inicia com po

"Vivemos um momento de marcantes alterações de nossa vida institucional, com o país retornando à sua normalidade democrática, para o que o Estado tem de estar submetido a uma ordem jurídica que esteja acima de si próprio e que só poderá ser efetivamente alcançada com um Judiciário plenamente reintegrado em suas garantias e prerrogativas constitucionais", afirmou ontem o Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, presidente do Tribunal de Justiça na abertura do Ano Judiciário de 1979, que contou com a presença das mais altas autoridades paranaenses.

A solenidade iniciada às 14 horas, na sala "Desembargador Clotário Portugal, deu também posse aos desembargadores que orientarão todos os trabalhos no TJ neste ano — Marino Braga, como presidente; Zeferino Mozzato Krukiski, como Vice e Osian Franca, como Corregedor Geral.

Foi concedida a palavra aos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Magistrados do Paraná e representante do Ministério Público.

Durante o pronunciamento do representante da Ordem, Ernesto Virmond, o Comandante interino da 5.ª Região Militar, General Sebastião José Ramos de

Castro se retirou do recinto causando alguma estranheza. Pouco depois porém, o General participava da solenidade no Tribunal de Alçada e dizia que nada acontecera e sua retirada se deu por se sentir "ligeiramente indisposto".

## EXPLICAÇÃO

A saída do General Ramos de Castro do Plenário gerou um clima de apreensão entre todos os presentes, mas entre as autoridades ninguém se dispôs a comentar o assunto, como o Governador Canet, e, o futuro governador Ney Braga que disseram apenas: "Não há o que comentar". Mais tarde o próprio General tranquilizaria a todos, afirmando que não ouvira o discurso e por isto não poderia dar qualquer opinião e, além disso "sou um profissional, sou um soldado e não um político. Se quiserem que eu fale sobre a minha Brigada eu falo, mas não sobre política. Respeito o que ele (Virmond) tenha falado", disse ele.

## PROCLAMAÇÃO

O início dos trabalhos ainda foram presididos pelo desembargador Ariel Ferreira do Amaral que proclamou a abertura das atividades judicantes deste ano lem-

brando a frase traduzida do latim e que foi dita por Ulpiano: "Viver honestamente, não lesar a ninguém e dar a cada um o que é seu". Foi em seguida lida a síntese do relatório das atividades do Poder Judiciário e formalizado o compromisso do novo presidente do Tribunal que em seguida assumiu a presidência da mesa.

O presidente empossado, desembargador Marino Braga fez o seu pronunciamento lembrando o momento atual no Brasil, e citando que "na democracia os poderes estatais, aos quais cabe a realização do bem comum, devem funcionar com independência e de maneira que um não possa impedir, ou ameaçar, a autonomia dos outros quando agem dentro de suas funções juridicamente estabelecidas".

Citou ele também que "nesta fase de afirmações tão relevantes para a vida brasileira, o Poder Judiciário continuará por certo a dar a sua contribuição de equilíbrio e segurança, como aliás sempre soube fazê-lo, conscientemente que sempre esteve de que aquelas garantias serão instituídas mais em favor do povo do que dos próprios juizes, que delas se servem para que possam se conduzir com independência e imparcialidade".



# o Judiciário inicia com pos

to de marcantes alterações de com o país retornando à sua para o que o Estado tem de em jurídica que esteja acima rá ser efetivamente alcançada mente reintegrado em suas "constitucionais", afirmou on- arino Bueno Brandão Braga, e Justiça na abertura do Ano tou com a presença das mais

idade iniciada às 14 horas, na otário Portugal, deu também es que orientarão todos os ano — Marino Braga, como ato Krakiski, como Vice e Os- dor Geral.

va aos representantes da Or- Brasil, Associação dos Magis- tante do Ministério Público. lamento do representante da d. o Comandante interino da ral Sebastião José Ramos de

Castro se retirou do recinto causando alguma estranheza. Pouco depois porém, o General participava da solenidade no Tribunal de Alcada e dizia que nada acontecera e sua retirada se deu por se sentir "ligeiramente indisposto".

## EXPLICAÇÃO

A saída do General Ramos de Castro do Plenário gerou um clima de apreensão entre todos os presentes, mas entre as autoridades ninguém se dispôs a comentar o assunto, como o Governador Canet, e, o futuro governador Ney Braga que disseram apenas: "Não há o que comentar". Mais tarde o próprio General tranquilizaria a todos, afirmando que não ouvira o discurso e por isto não poderia dar qualquer opinião e, além disso "sou um profissional, sou um soldado e não um político. Se quiserem que eu fale sobre a minha Brigada eu falo, mas não sobre política. Respeito o que ele (Virmond) tenha falado", disse ele.

## PROCLAMAÇÃO

O início dos trabalhos ainda foram presididos pelo desembargador Aziel Ferreira do Amaral que proclamou a abertura das atividades judicantes deste ano lem-

brando a frase traduzida do latim e que foi dita por Ulpiano: "Viver honestamente, não lesar a ninguém e dar a cada um o que é seu". Foi em seguida lida a síntese do relatório das atividades do Poder Judiciário e formalizado o compromisso do novo presidente do Tribunal que em seguida assumiu a presidência da mesa.

O presidente empossado, desembargador Marino Braga fez o seu pronunciamento lembrando o momento atual no Brasil, e citando que "na democracia os poderes estatais, aos quais cabe a realização do bem comum, devem funcionar com independência e de maneira a que um não possa impedir, ou ameaçar, a autonomia dos outros quando agem dentro de suas funções juridicamente estabelecidas".

Citou ele também que "nesta fase de afirmações tão relevantes para a vida brasileira, o Poder Judiciário continuará por certo a dar a sua contribuição de equilíbrio e segurança, como aliás sempre soube fazê-lo, consciente que sempre esteve de que aquelas garantias serão instituídas mais em favor do povo do que dos próprios juizes, que delas se servem para que possam se conduzir com independência e imparcialidade".

DIVERSOS

GAZETA DO POVO  
002, FEV, 1979



001232

79



Newton De Sisti responde pela presidência da OAB-PR.

...a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecceu a nossa disposição de trabalho. Evamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

Na diretoria da OAB/PR, além de Newton De Sisti, ficaram como Vice-Presidente o advogado José Lamartine Corrêa de Oliveira; 1.º Secretário: Alceu Saldanha de Faria; 2.º Secretário, Luiz

...a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecceu a nossa disposição de trabalho. Evamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

...a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecceu a nossa disposição de trabalho. Evamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

**CONJUNTURA**

Apenas dois pronunciamentos foram registrados na solenidade da Ordem. O do ex-presidente Virmond alertando que o "fato de ter havido uma abertura, no entanto, nos obriga a extrema vigilância e permanente atuação, para que tenha prosseguimento o trabalho e a existência em favor da democracia inteira". Porém, a abordagem feita por Sisti, atual presidente da OAB, vai na mesma linha

...a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecceu a nossa disposição de trabalho. Evamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

Agradecendo o apoio recebido, De Sisti destacou que "reputamos entusiástico muito honroso — o crédito de confiança que a nobre classe dos advogados paranaenses nos conferiu, ao delegar à nossa equipe a responsabilidade de dirigir a Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, nos próximos dois anos.



Na Ordem dos Advogados, foram empossados ontem, os novos conselheiros e os membros da diretoria, numa solenidade bastante concorrida.



De Sisti, responde pela presidência da OAB-PR.

Para o seu pronunciamento, De Sisti, em uma reunião realizada na sede da OAB-PR, em 15 de fevereiro, em companhia dos membros da diretoria e membros das várias comissões. Antes da posse houve a reunião para a indicação do novo presidente, confirmando o nome de Newton José De Sisti para o cargo que, afirmou após, "ser muito honroso o crédito de confiança que a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecou a nossa disposição de trabalho. Estamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

Na diretoria da OAB-PR, além de Newton José De Sisti, ficaram como Vice-Presidente o advogado José Laminine Corrêa de Oliveira; 1.º Secretário: Alceu Salcánha de Faria; 2.º Secretário, Luiz

Almeida e Silva.

Para o seu pronunciamento, De Sisti, em uma reunião realizada na sede da OAB-PR, em 15 de fevereiro, em companhia dos membros da diretoria e membros das várias comissões. Antes da posse houve a reunião para a indicação do novo presidente, confirmando o nome de Newton José De Sisti para o cargo que, afirmou após, "ser muito honroso o crédito de confiança que a nobre classe dos advogados paranaense nos conferiu", e alertou que "a euforia da manifestação das urnas, porém, não nos obnubilou a mente, nem entorpecou a nossa disposição de trabalho. Estamos, assim, conscientes, perfeitamente conscientes para avaliarmos a importância do compromisso que, nesta data, assumimos".

#### CONJUNTURA

Apenas dois pronunciamentos foram registrados na solenidade da Ordem. O do ex-presidente Virmond alertando que o "fato de ter havido uma abertura, no entanto, nos obriga a extrema vigilância e permanente atuação, para que tenha prosseguimento o trabalho e a existência em favor da democracia inteira". Porém, a abordagem feita por Sisti, atual presidente da OAB, vai na mesma linha

que a conjuntura política. Que a conjuntura política da OAB-PR é uma conjuntura natural e necessária. E que se o objetivo final da conjuntura é um melhor homem e que é o fim. A subversão de valores, para impo- se a "estatolatria", gera aberrações sem limites. Sacrifica-se o homem, fazendo dele instrumento de afirmação do Estado. E, com o sacrifício do homem, preserva-se a LIBERTADE, violenta-se o DIREITO, subjugam-se a grande massa do povo a uma pseudo-verdade, urdida de acordo com as conveniências do momento".

Agradecendo o apoio recebido, De Sisti destacou que "reputamos entusiasmado e muito honroso — o crédito de confiança que a nobre classe dos advogados paranaenses nos conferiu, ao delegar à nossa equipe a responsabilidade de dirigir a Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, nos próximos dois anos.



Em dos Advogados, foram empossados ontem, os novos conselheiros e os membros da diretoria, numa solenidade bastante concorrida.

GAZETA DO Povo  
 1070  
 11/FEV/1979  
 DIVERSOS



001232 79

GAZETA DO POVO

02, FEV, 1979

DIVERSOS



## Reforma vai beneficiar o Alçada

Os juizes Cláudio Nunes do Nascimento, como presidente e Abrahão Miguel, como vice-presidente, foram ontem empossados no Tribunal de Alçada, na abertura dos trabalhos para o ano de 1979, em solenidade que contou com a presença de altas autoridades e entre elas o Governador do Estado, Jayme Canet, futuro Governador Ney Braga, desembargadores, juizes e políticos. O presidente empossado, Cláudio Nunes do Nascimento afirmou em seu pronunciamento que "a reforma instrumental efetuada no Paraná nos torna capazes de realizar o objetivo maior do esforço reformista, ou seja, a entrega da prestação jurisdicional em tempo hábil de acudir, verdadeiramente, as necessidades dos

jurisdicionados, toda vez que estes instaurarem a instância, por qualquer dos procedimentos, na esperança natural de conseguir sentença proveitosamente dirimidora da pretensão deduzida em juízo.

A instalação de novas varas e comarcas instaladas no Paraná foi lembrada pelo novo Presidente do Tribunal de Alçada que citou estar agora a Justiça "concretamente em condições de realizar o escopo inovador, que nos veio com o diploma formal civil, e nos virá com o diploma formal criminal".

### PRONUNCIAMENTOS

A solenidade no Tribunal de Alçada teve ainda os pronunciamentos do representante da OAB-PR, seção do Paraná e, do representante do

Ministério Público, Osiris Antonio de Jesus, Para o Procurador da Justiça, Francisco Postereck, a eleição do Juiz Cláudio Nunes do Nascimento para a presidência do Tribunal, "cumpra, antes de tudo uma demonstração de maturidade e cavalheirismo exornar dos ilustres magistrados que compõem a colenda Corte de Justiça".

Destacando as virtudes do novo presidente, o Procurador da Justiça lembrou que se trata de magistrado "cuja estatura social e moral reúne sabedoria e experiência, honradez e coragem, ao par do amor ao trabalho e afeto na Justiça".

Já para o Representante da OAB, Carlos Fernando Correa de Castro, o grande destaque foi a "certeza de que os Tribunais de Alçada continuarão a existir, cada vez mais prestigiados, oferecendo no âmbito de sua competência, mais rápida e eficiente justiça, que é necessidade do público e anseio dos advogados".

O representante da Associação dos Magistrados do Paraná, Irian Prohmann ArcoVerde, que também usou da palavra durante a solenidade no T.A., lembrou que "ser bom não é ser fraco. É ser justo e humano" — palavras que foram do poeta paranaense Vasco José Taborda e, disse: "Assim o fazemos, porque conhecendo a personalidade e o coração de Nunes Nascimento e Abrahão Miguel, neles vislumbramos a ansia por uma Justiça que seja sobretudo humana".



Cláudio Nascimento preside o Tribunal de Alçada.

DIÁRIO POPULAR

02, FEV, 1979

DIVERSOS



## COMEÇA ANO JUDICIÁRIO COM POSSE DE MARINO

O ano judiciário no Paraná foi ontem iniciado com a posse do Desembargador Marino Bueno Brandão Braga na Presidência do Tribunal de Justiça. Foram feitos vários pronunciamentos na presença das mais altas autoridades do Estado e, em dado momento também fove o desconforto da retirada do General José Sebastião Ramos de Castro, da 5ª RM/DE, que segundo testemunhas, saiu dizendo que não fora ali para ouvir o que o advogado e então presidente da OAB/PR, Ernesto Virmond vinha tratando temas como anistia, prisões e torturas. Logo após a cerimônia o General diria porém aos repórteres de que apenas se sentiu ligeiramente indisposto e que nada poderia falar sobre o tempestivo pronunciamento, pois não o ouvira.

O novo presidente do Tribunal em seu pronunciamento enfatizou:

"Vivemos um momento de marcantes alterações de nossa vida institucional, com o País retornando à sua normalidade democrática, para o que o Estado tem de estar submetido a uma ordem jurídica que esteja acima de si próprio e que só poderá ser efetivamente alcançada com um Judiciário plenamente reintegrado em suas garantias e prerrogativas constitucionais, já que na democracia os poderes estatais, aos quais cabe a realização do bem comum, devem funcionar com independência e de maneira a que um não possa impedir, ou ameaçar, a autonomia dos outros quando agem dentro de suas funções juridicamente estabelecidas".

DIÁRIO POPULAR

02/FEV/1979

DIVERSOS



## DE SISTI TOMOU POSSE NA ORDEM DOS ADVOGADOS

O advogado Neyton José de Sisti tomou posse ontem, juntamente com todos os Conselheiros eleitos, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, lembrando em seu pronunciamento a posição equivocada do Estado, a troca de valores, criando uma situação difícil onde o homem vem em segundo, após o Estado.

Com a presença do Vice-Governador, Octávio Cesário Pereira Júnior, a solenidade na OAB teve início às 18:30 horas, mas antes os advogados já estiveram reunidos para a eleição da nova diretoria bem como dos conselheiros a ocuparem as diversas comissões na OAB/PR.

A Diretoria da OAB/PR para o próximo biênio ficou assim constituída: Presidente: Neyton José de Sisti; Vice-Presidente: José Lamartine Correa de Oliveira; 1º Secretário: Alceu Saldanha de Faria; 2º Secretário: Luiz Carlos João Arbugeri e, tesoureiro: Antonio Chalband Biscaia.

Também o ex-presidente da OAB/PR, Ernesto Virmond também fez pronunciamento.

O fato de ter havido uma abertura, no entanto,

nos obriga a extrema vigilância e permanente atuação, para que tenha prosseguimento o trabalho e a exigência em favor da democracia inteira. Neste sentido, faz-se mister três condições fundamentais, entre outras, que quero mencionar agora. A anistia, a participação política e a legitimidade do Poder. A proteção dos direitos fundamentais do homem é condição fundamental, que paira sobre todas as outras.

Os advogados tiveram a possibilidade de se manifestar em conjunto, em uníssono, na VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, da qual tive a honra e a oportunidade, pela eleição dos meus pares, de ser um dos organizadores e seu Vice-Presidente, no maior congresso jurídico já havido na América Latina. A declaração dos advogados brasileiros exige o retorno ao Estado de Direito democrático e o respeito à condição humana fundamental, em todos os seus aspectos, desde o direito à liberdade de pensamento até o direito à privacidade.

# Marino Braga quer Poder Judiciário independente

"Vivemos um momento de marcantes alterações de nossa vida Institucional, com o País retornando à sua normalidade democrática, para o que o Estado tem de estar submetido a uma ordem jurídica que esteja acima de si própria e que só poderá ser efetivamente alcançada com um Judiciário plenamente reintegrado em suas garantias e prerrogativas constitucionais. Já que na democracia os poderes estatais, aos quais cabe a realização do bem comum, devem funcionar com independência e de maneira a que um não possa impedir, ou ameaçar, a autonomia dos outros quando agem dentro de suas funções juridicamente estabelecidas".

A afirmação é do desembargador Marino Bueno Brandão Braga ao tomar posse na presidência do Tri-

bunal de Justiça do Paraná, em sessão extraordinária e especial, ontem às 14 horas, destinada à abertura do Ano Judiciário de 1979 e posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário paranaense. Presentes o governador Canet Junior e o governador eleito Ney Braga além de outras altas autoridades dos Três Poderes, da Igreja e das Forças Armadas.

## EQUILÍBRIO E SEGURANÇA

O novo presidente do Tribunal prosseguiu em seu discurso assegurando que "nesta fase de afirmações tão relevantes para a vida brasileira, o Poder Judiciário continuará por certo a dar a sua contribuição de equilíbrio e segurança, como aliás sempre soube fazê-lo, consciente que sempre esteve de que aquelas garantias são instituídas mais em favor do

povo do que dos próprios juízes, que delas se servem para que possam se conduzir com independência e imparcialidade". E mais adiante disse que "os nossos juízes sempre agiram com independência e coragem, mesmo quando atuavam sem o manto da proteção constitucional que agora lhes está sendo devolvida, e que a justiça que por eles tem sido feita está dentro dos padrões conceituais tradicionalmente definidos e até aceitos, dando a contribuição que lhes cabe em favor do equilíbrio e da tranquilidade da sociedade brasileira".

Na sua opinião a justiça precisa ser atuante e dinâmica e depende de um grande e complexo organismo, capaz, "em nosso caso, de proporcionar condições normais de trabalho a dois tribunais, 130 comarcas, 300 e tantos juízes, várias centenas de funcionários e mais de um milhão de serventários. "E na razão direta da ausência de recursos que residem as verdadeiras origens das deficiências do Judiciário, pois sem eles muito difícil se torna o recrutamento para a magistratura e para os seus quadros funcionais do elemento humano mais capacitado e o necessário aparelhamento material dos órgãos judicantes".

## A LEI ORGÂNICA

Ao defender a vitalidade do Judiciário com a necessária instrumentalidade de trabalho, sem a qual os juízes e os tribunais não chegariam ao ato mais fundamental de suas funções, que é o julgamento, Marino Bueno Brandão Braga, enfatizou que "isso parece ter sido esquecido no projeto de Lei Orgânica de Magistratura em tramitação no Congresso Nacional, respeito de alguns atos punitivos e de controle dos juízes, mas o grande vazão de normas relativas à estruturação dos juízes e do Poder Judiciário e à sua atuação, que é o ponto central da Lei Orgânica, não foi devidamente considerado".

RECORRER

# Marino Braga quer Poder Judiciário independente

to de marcantes alterações  
al. com o País retornando à  
rática, para o que o Estado  
a uma ordem jurídica que  
a que só poderá ser efetiva-  
Judiciário plenamente rein-  
as e prerrogativas constitu-  
cia os poderes estatais, aos  
o bem comum, devem fun-  
a e da maneira a que um  
ameaçar, a autonomia dos  
tro de suas funções jurídic-

sembragador Marino Bueno  
posse na presidência do Tri-

bunal de Justiça do Paraná, em sessão extraordinária e especial, ontem às 14 horas, destinada à abertura do Ano Judiciário de 1979 e posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário paranaense. Presentes o governador Canet Junior e o governador eleito Ney Braga além de outras altas autoridades dos Três Poderes, da Igreja e das Forças Armadas.

### EQUILIBRIO E SEGURANÇA

O novo presidente do Tribunal prosseguiu em seu discurso assegurando que "nesta fase de afirmações tão relevantes para a vida brasileira, o Poder Judiciário continuará por certo a dar a sua contribuição de equilíbrio e segurança, como aliás sempre soube fazê-lo, consciente que sempre esteve de que aquelas garantias são instituídas mais em favor do

povo do que dos próprios juízes, que delas se servem para que possam se conduzir com independência e imparcialidade". E mais adiante disse que "os nossos juízes sempre agiram com independência e coragem, mesmo quando atuavam sem o manto da proteção constitucional que agora lhes está sendo devolvida, e que a justiça que por eles tem sido feita está dentro dos padrões conceituais tradicionalmente definidos e até aceitos, dando a contribuição que lhes cabe em favor do equilíbrio e da tranquilidade da sociedade brasileira".

Na sua opinião a justiça precisa ser atuante e dinâmica e depende de um grande e complexo organismo, capaz, "em nosso caso, de proporcionar condições normais de trabalho a dois tribunais, 130 comarcas, 300 e tantos juízes, várias centenas de funcionários e mais de um milhão de serventuários. "E na razão direta da ausência de recursos que residem as verdadeiras origens das deficiências do Judiciário, pois sem eles muito difícil se torna o recrutamento para a magistratura e para os seus quadros funcionais do elemento humano mais capacitado e o necessário aparelhamento material dos órgãos judicantes".

### A LEI ORGÂNICA

Ao defender a vitalidade do Judiciário com a necessária instrumentalidade de trabalho, sem a qual os juízes e os tribunais não chegariam ao ato mais fundamental de suas funções, que é o julgamento, Marino Bueno Brandão Braga, enfatizou que "isso parece ter sido esquecido no projeto de Lei Orgânica da Magistratura em tramitação no Congresso Nacional, pelo fato de as disposições punitivas e de controle dos juízes, mas igualmente vez de normas relativas à

DIVERSOS

DIÁRIO DO PARANÁ  
02/FEV/1979



001232 79

GAZETA DO POVO

1º / FEV / 1979



DIVERSOS

## *Ano Judiciário de 1979 terá início hoje com solenidades*

Com o término das férias forenses e retorno dos juízes a suas atividades diárias, tem início hoje o Ano Judiciário de 1979, marcado pelas solenidades de posse das novas diretorias do Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, que estará realizando sua primeira reunião ordinária deste ano.

A primeira solenidade terá lugar na sala "Desembargador Clotário Portugal", no Palácio da Justiça, quando às 14 horas estarão sendo empossados os desembargadores Marino Bueno Brandão Braga, como presidente; Zefernio Mozzafio Krukoski, 1º vice-presidente, e Ossian França, Corregedor Geral da Justiça. Na oportunidade, além do novo presidente, Marino Bueno Brandão Braga, farão uso da palavra um representante do Ministério Público, um representante da Associação dos Magistrados do Paraná e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

O presidente eleito do Tribunal de Justiça do Paraná iniciou-se na magistratura em 1949, como juiz da Comarca de Andará. Em seguida passou pelas comarcas de São Mateus do Sul, Tibagi, Arapongas, Ponta Grossa e Curitiba, onde assumiu em 1962 a Vara de Menores, passando posteriormente à 4.ª Vara Cível. Exerceu os cargos de desembargador substituto em 1967, desembargador em 1968, e por duas vezes foi Corregedor Geral da Justiça. Na gestão anterior foi o 1º vice-presidente do Tribunal, sendo de sua autoria os livros "O Direito em Ação" e "Alguns Aspectos do Direito".

### TRIBUNAL DE ALÇADA

Prosseguindo com as solenidades de posse, às 15,30 horas, no Tribunal de Alçada, serão empossados os juízes de alçada Claudio Nunes do Nascimento e Abrahão Miguel, respectivamente como presidente e vice-

presidente daquele Tribunal. Na cerimônia que terá lugar na Sala do Plenário, falarão o procurador da Justiça, Francisco Postarek, representante do Ministério Público; o juiz Osiris Antônio de Jesus, da Associação dos Magistrados do Paraná; o representante da OAB - Seção do Paraná e o próprio presidente empossado.

Formado pela Universidade Federal do Paraná, em 1954, o juiz Claudio Nunes do Nascimento é autor dos livros "Execução Forçada", "Teoria Geral do Processo" e "Retrovenda". Em 1976 foi eleito por unanimidade ao cargo de 1º vice-presidente do Tribunal de Alçada, o mesmo ocorrendo na eleição para o biênio 1979/1980.

Já a carreira de Abrahão Miguel na magistratura teve início em 1970, com o cargo de juiz do Tribunal de Alçada. Diversas vezes ocupou a presidência em exercício desse Tribunal, e agora, foi eleito vice-presidente para o biênio 1979/1980.

Na seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, as solenidades terão início às 17 horas, com a posse dos conselheiros para a próxima gestão daquele órgão. Após a assinatura dos respectivos termos de posse serão realizadas as eleições para a diretoria e comissões da entidade, além de diretoria e conselho fiscal da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

Ao término da eleição será procedida na Sala das Reuniões daquele egrégio conselho a posse da diretoria eleita e a transferência da presidência do advogado Eduardo Rocha Virmond ao presidente eleito para o biênio 1979/1980, Newton José de Sisti.

Os demais cargos da diretoria, indicados por Newton de Sisti, deverão estar assim compostos: vice-presidente — José Lamartine Correa de Oliveira, 1º secretário — Alceu Saldanha Faria; 2º secretário — Luiz Carlos João Arbuzeri e tesoureiro — Antônio Chalband Biscaini.

# Discurso deixa general irritado

Da sucursal de CURITIBA

Visivelmente contrariado, o general Sebastião José Ramos de Castro, comandante interino da 5ª Região Militar — que compreende os Estados do Paraná e Santa Catarina —, abandonou, na tarde de ontem, a solenidade de posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, em Curitiba, durante o discurso do presidente da seccional paranaense da OAB, advogado Eduardo da Rocha Virmond, quando este se referiu à necessidade de anistia ampla, geral e irrestrita, em vista da "tortura praticada largamente durante algum tempo".

Quando Eduardo da Rocha Virmond lembrou que é preciso "trazer de volta ao Brasil e à comunidade política os que foram banidos e condenados", o general Sebastião Ramos de Castro franziu a testa. Em seguida, ficou em pé quando Virmond falou que "anistia é a palavra que, sem restrições, sem discriminação, deverá ser usada, sem medo". O general deixou a mesa ainda sob o discurso, aproximou-se do seu ajudante de ordem e ficou em tom silencioso para que muitas pessoas ouvissem: "Não estou aqui

para ouvir estas coisas. Minha paciência tem limites".

Duas horas após o incidente, o general Sebastião de Castro compareceu a outra solenidade — posse do novo presidente do Tribunal de Alçada — quando, laconicamente, comentou com os jornalistas: "Deixei o Tribunal porque estava me sentindo indispósito", recusando-se a falar sobre o discurso de Virmond.

Durante o discurso do presidente da OAB, a assistência foi saído nobre do Tribunal de Justiça, com mais de 500 pessoas, manteve-se em silêncio absoluto, mesmo quando o general deixou o recinto. Apenas na sala ao lado, onde estavam advogados, juristas e políticos em pé assistindo a solenidade, é que o rumor aumentou: por ali saiu o general.

No final da cerimônia, Eduardo Virmond — que ontem, por coincidência, deixou a presidente da OAB — foi tão cumprimentado quando o novo presidente do Tribunal. Alguns juizes qualificaram seu pronunciamento de "colossal" e "formidável".

## SILÊNCIO

O governador Jayme Cánet Júnior, que assistiu a cerimônia

ao lado do seu sucessor, Ney Braga, recusou-se a comentar o incidente, abrindo os braços e dizendo: "Por favor, não tenho nenhum comentário a fazer". Ney Braga complementou: "Faço minhas as palavras do Cánet".

O presidente do Tribunal de Alçada, João Cláudio de Macedo Portugal, que se encontrava sentado ao lado do general Sebastião de Castro, observou: "Sinto que o comandante deixou a sala como repulsa às palavras de Virmond", mas preferiu não entrar em detalhes quanto ao pronunciamento. O próprio desembargador Marino Bueno Brandão Braga, que ontem assumiu a presidência do Tribunal de Justiça, apenas observou que o general deixou o ambiente por uma questão de "foro íntimo".

Eduardo da Rocha Virmond, que apenas no final do discurso ficou sabendo do episódio, comentou a atitude do general: "Democracia é isso. É um direito que cabe ao general: se não gostou do discurso, ele tem todo direito de não ouvir e tem o direito de divergir. Não cometi nenhuma ofensa. Apenas acho que atitude do general significa que ele não entendeu o momento em que estamos vi-

viendo. Eu apenas dei uma sugestão de agenda ampla e irrestrita no momento em que o próprio general Figueredo pediu colaboração dos advogados para o projeto."

Em seu discurso Virmond começou lembrando a VII Conferência da OAB realizada em Curitiba, no ano passado, observando que seus resultados foram "profundos e imediatos. Houve o repúdio ao arbítrio, à repressão política, à censura, à ilegitimidade do poder, exigindo a viabilidade da participação política do povo pela escola direta e secreta".

No final do pronunciamento, o presidente da OAB afirmou que "vivermos em um País de miseráveis, famintos, de sem-alfabetos e analfabetos, de crianças morrendo aos borbotões, de 18 milhões de praqueiros abandonados à sua própria sorte. Enquanto esses privilegiados, que somos nós, não se derem conta desta maldição, continuaremos a ser apontados de País pouco sério, como disse o general De Gaulle".

Neste momento, o general já se havia retirado. O general Sebastião de Castro exerce atualmente o cargo de comandante interino da 5ª Região Mi-

litar, uma vez que o general João Figueredo não o comanda familiar. Foi do general Figueredo que ocorreu o episódio de ontem, quando chegou de Infantaria.

## TRIBUNAL

O desembargador Marino Bueno Brandão Braga possui o Tribunal de Justiça do Paraná em Curitiba, em transição. Segundo ele, está "repleto de matérias e de crimes instruídos, mas relativas das Justiças cíveis".

Em seu cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, o general Figueredo possui o cargo de juiz de direito em Curitiba, onde atua no órgão judiciário.

ACOM

# Discurso deixa general irritado

Da natural da CURITIBA

Visivelmente contrariado, o general Sebastião José Ramos de Castro, comandante interino da 5ª Região Militar — que compreende os Estados do Paraná e Santa Catarina —, abandonou, na tarde de ontem, a solenidade de posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, em Curitiba, durante o discurso do presidente da seccional paranaense da OAB, advogado Eduardo da Rocha Virmond. Quando este se referiu a inexistência de anistia ampla, geral e irrestrita, em vista da "herança praticada largamente durante algum tempo".

Quando Eduardo da Rocha Virmond lembrou que é preciso "trazer de volta ao Brasil e à comunidade política os que foram heróis e condenados", o general Sebastião Ramos de Castro franziu a testa. Em seguida, ficou em pé quando Virmond falou que "anistia é a palavra que, sem restrição, sem discriminação, deve ser usada, sem medo". O general deixou a mesa ainda sob o discurso, aproximou-se do seu ajudante de ordens e falou em tom subfônico para que muitos pessoas civis não escutassem.

para ouvir estas coisas. Minha paciência tem limites".

Dois horas após o incidente, o general Sebastião de Castro compareceu a outra solenidade — posse do novo presidente do Tribunal de Alçada — quando, laconicamente, comentou com os jornalistas: "Deixei o Tribunal porque estava me sentindo indisposto", recusando-se a falar sobre o discurso de Virmond.

Durante o discurso do presidente da OAB, a assistência ao salão nobre do Tribunal de Justiça, com mais de 500 pessoas, manteve-se em silêncio absoluto, mesmo quando o general deixou o recinto. Apenas na sala ao lado, onde estavam advogados, juristas e políticos em pé assistindo a solenidade, é que o rumor aumentou: por ali saiu o general.

No final da cerimônia, Eduardo Virmond — que ontem, por coincidência, deixou a presidência da OAB — foi tão cumprimentado quando o novo presidente do Tribunal. Alguns juristas qualificaram seu pronunciamento de "colossal" e "formidável".

## SILÊNCIO

O governador Jayme Canet Júnior, que assistiu a cerimônia

ao lado do seu sucessor, Ney Braga, recusou-se a comentar o incidente, abrindo as brasas e dizendo: "Por favor, não tenho nenhum comentário a fazer". Ney Braga complementou: "Faço minhas, as palavras do Cene".

O presidente do Tribunal de Alçada, João Cid de Macedo Portugal, que se encontrava sentado ao lado do general Sebastião de Castro, observou: "Sinto que o comandante deixou a sala como repulsa às palavras de Virmond", mas preferiu não entrar em detalhes quanto ao pronunciamento. O próprio desembargador Marino Bueno Brandão Braga, que ontem assumiu a presidência do Tribunal de Justiça, apenas observou que o general deixou o ambiente por uma questão de "foro íntimo".

Eduardo da Rocha Virmond, que apenas no final do discurso ficou sabendo do episódio, comentou a atitude do general: "Democracia é isso. É um direito que cabe ao general: se não gostou do discurso, ele tem todo direito de não ouvir e tem o direito de divergir. Não cometi nenhuma ofensa. Apenas acho que atitude do general significa que ele não entende o momento em que estamos vi-

vido. Eu apenas dei uma sugestão de agitação e restrição no momento em que o próprio general Figueiredo pede colaboração aos advogados para o projeto".

Em seu discurso, Virmond começou lembrando a VII Conferência da OAB realizada em Curitiba, no ano passado, observando que seus resultados foram "profundos e imediatos. Houve o repúdio ao arbítrio, à repressão política, à censura, à ilegitimidade do poder, exigindo a viabilidade da participação política do povo pela linha direta e secreta".

No final do pronunciamento, o presidente da OAB afirmou que "vivemos em um País de miseráveis, famintos, de semi-analfabetos e analfabetos, de crianças morrendo aos borbotões, de 18 milhões de pequenos abandonados à sua própria sorte. Enquanto estes privilegiados, que somos nós, não se derem conta desta maldição, continuaremos a ser apontados de País pouco sério, como disse o general De Gaulle".

Neste momento, o general já se havia retirado. O general Sebastião de Castro exerce atualmente o cargo de comandante interino da 5ª Região Mi-

litar, uma vez que o general Joíre Sampaio não pode assumir o comando por questões familiares. Foi sob o comando do general Sebastião de Castro que ocorreu o episódio envolvendo o coronel Tarciso Ferrreira, que atualmente responde IPM por um discurso proferido quando chefiava o 30º Batalhão de Infantaria Blindada.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O desembargador Marino Bueno Brandão Braga, ao tomar posse da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, ontem em Curitiba, criticou a Lei Orgânica da Magistratura, em tramitação no Congresso. Segundo ele, o projeto de Lei está "repleto de disposições punitivas e de controle dos juízes, mas inexistente vazão de normas relativas à estruturação das justiças de 1ª e 2ª instâncias".

Em seu discurso, o desembargador advertiu que a nova Lei Orgânica atingiria seus objetivos de maior agilização da Justiça brasileira "com a simples dotação de maiores recursos ao Judiciário, pois, sem eles, se torna difícil o recrutamento para a Magistratura do elemento mais capacitado e o necessário aparelhamento material dos órgãos judiciais".



F

I

M